

Considerando a Portaria Inmetro nº 8, de 8 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2014, seção 01, página 59, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) para Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil;

Considerando as ações de implementação do referido PAC, que incluíram o monitoramento e fomento à formação da infraestrutura de avaliação da conformidade, com vistas à acreditação de Organismos de Certificação de Produtos (OCP) e laboratórios de ensaios;

Considerando que, segundo resolução do ITI, a existência de um primeiro OCP acreditado é a condição para o início da vigência da compulsoriedade das certificações no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC) e que, desde fevereiro de 2015, essa condição foi alcançada;

Considerando que a inexistência de laboratório acreditado para a realização dos ensaios exigidos pelos Manuais de Conduta Técnica (MCT) do ITI inviabiliza a condução dos processos de avaliação da conformidade já iniciados pelo OCP acreditado, visto também que este organismo não encontrou outro laboratório capacitado que atendesse às exigências do RGCP;

Considerando o credenciamento de Laboratórios de Ensaio e Auditoria (LEA), conduzido pelo ITI, conforme o Regulamento para Homologação e Sistemas de Equipamento de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil, habilitando laboratórios a realizarem os ensaios exigidos nos MCT;

Considerando que o ITI tem laboratórios credenciados, conforme se constata em seu sítio, na Internet;

Considerando que, na ausência de laboratórios acreditados, torna-se uma alternativa à utilização dos laboratórios credenciados pelo ITI, para viabilizar a infraestrutura de avaliação da conformidade para este PAC;

Considerando os entendimentos entre ITI e Inmetro para incluir, no RAC para Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil, a possibilidade de o OCP utilizar os LEA credenciados, na ausência de laboratórios acreditados, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Determinar, no âmbito do PAC para Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil, a inclusão, como 12ª (décima segunda) prioridade na ordem estabelecida no item 6.2.4.3.1 do RGCP, da opção "LEA credenciado pelo ITI".

§1º A determinação contida no caput não enseja, por parte do OCP, a avaliação prevista no item 6.2.4.3.6 do RGCP.

§2º O processo de credenciamento de LEA, pelo ITI, está previsto no Regulamento para Homologação e Sistemas de Equipamento de Certificação Digital, no âmbito da ICP-Brasil, e as informações sobre estes laboratórios estão publicadas e disponibilizadas no sítio do Instituto supramencionado, na Internet.

§3º A determinação contida no caput é válida por até 12 (doze) meses após a data de publicação desta Portaria, quando, a partir daí, os LEA credenciados já deverão estar enquadrados em uma das onze primeiras prioridades previstas no RGCP.

Art. 2º Determinar a extensão da validade, prevista pela Portaria Inmetro nº 8/2013, dos relatórios de ensaio emitidos por LEA credenciado pelo ITI, devendo ser os mesmos considerados conformes, no âmbito do PAC para Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil, quando os ensaios correlacionados tiverem iniciado antes do prazo fixado no §3º do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Cientificar que ficarão mantidas as demais disposições inseridas na Portaria Inmetro nº 8/2013 e nos Requisitos por ela aprovados.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 395, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronmetro), anexo à Portaria nº 391, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da avaliação dos Relatórios dos Bolsistas do Edital Pronmetro nº 2/2012 - Programa "Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - 2012". Bolsas Regulares em fluxo contínuo:

LISTA DOS APROVADOS

NOME DO CANDIDATO	UP
1. Cassiano Bringhamiti	CORED

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, tendo efeitos retroativos a 1º de julho de 2015.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 396, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto no item V-1 do Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronmetro), anexo à Portaria nº 391, de 25 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da avaliação dos Relatórios dos Bolsistas do Edital Pronmetro nº 03/2014 2ª Fase - Programa "Automotivos - 2014":

LISTA DOS APROVADOS

NOME DO CANDIDATO	UP
1. Heverson Tiago dos Santos Silva	DIMCI
2. Oswaldo Pereira de Carvalho Filho	DIMCI

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, tendo efeitos retroativos a 1º de agosto de 2015.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SDP/MDIC nº 139, de 08 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de julho de 2015, Seção 1, Página 83, referente ao Processo MDIC nº 52001.000900/2015-35, de 24 de abril de 2015, de interesse da empresa WELLE TECNOLOGIA LASER S/A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 61.074.829/0087-01; onde se lê: "LS 1000, LS 2000; LW 3000; LS G180; DESK STATION; OEM"; LEIA-SE: "LS 1000, LS 2000; LS 3000; LS G180; DESK STATION; OEM".

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 373, DE 11 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32, da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012 e os termos do Parecer Técnico nº 75/2015 - COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cota de importação de insumo no valor de US\$ 17.052,75 (dezesete mil, cinquenta e dois dólares norte-americanos e setenta e cinco centavos), do produto TECIDO DE FIBRA DE JUTA - Cód. SUFRAMA: 1156, aprovado mediante Resolução nº 036, de 05/06/2014, para o produto FIO DE FIBRA DE JUTA - COD. SUFRAMA: 1279, aprovado por meio da Resolução nº 036, de 05/06/2014, em nome da empresa BRASJUTA DA AMAZÔNIA S/A FIAÇÃO, TECELAGEM E SACARIA., com inscrição SUFRAMA nº 20.1276.01-1e CNPJ nº 10.251.596/0001-56.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 11 DE AGOSTO DE 2015

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada pelo Decreto de 05 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 06 de maio de 2015, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V do art. 22, do Anexo I, do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e o inciso VI do art. 111 do Regimento Interno do IBAMA aprovado pela Portaria GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho formado por servidores da Diretoria de Qualidade Ambiental - DIQUA, do Centro Nacional de Telemática - CNT e do Centro Nacional de Informações Ambientais - CNIA, designados por Ordem de Serviço, para um prazo de seis meses, analisar e propor procedimentos para gestão de informações sigilosas de produtos avaliados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para fins de registro de agrotóxicos e afins.

Parágrafo único. O IBAMA, juntamente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, fará articulações no intuito de aprimorar as medidas e os procedimentos para garantir a proteção de informação sigilosa de agrotóxicos e afins.

Art. 2º O IBAMA, ouvido os outros órgãos competentes, suspenderá qualquer processo sobre registro de agrotóxicos e afins, em andamento na autarquia, que tenha indícios ou provas de ter sido beneficiado com a quebra ilegal de sigilo industrial ou comercial.

Parágrafo único. Serão indeferidos pelo IBAMA os pleitos de avaliação ambiental para fins de registro de produtos agrotóxicos e afins, com a mesma composição quali-quantitativa daqueles que tenham sido objeto de exposição pública indevida.

Art. 3º A inserção, pelo IBAMA, de documentos contendo a composição quali-quantitativa no Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários - Agrofit, do MAPA, ficará suspensa até que as medidas de segurança propostas pelo grupo de trabalho criado por esta instrução normativa sejam efetivadas.

Art. 4º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARILENE RAMOS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 5, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL e o SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 20 e 26, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, respectivamente, e considerando o disposto no § 6º do art. 39 da Constituição Federal, nos arts. 89 e 103 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e, ainda, os modelos de tabelas definidos pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta nº 1/SOF/SEGE/MP, de 25 de maio de 2015, resolvem:

Art. 1º Divulgar, nos termos dos Anexos, os modelos de tabelas a serem adotados pelos órgãos dos Poderes, do Ministério Público da União - MPU e da Defensoria Pública da União - DPU, para fins de disponibilização de informações concernentes aos quantitativos físicos e dados remuneratórios de cargos, empregos e funções públicas, de pessoal civil e dos militares, bem como aos totais de beneficiários segundo cada benefício referido no art. 102 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, LDO-2015, observado o seguinte:

Anexo I - Quantitativo Físico de Pessoal
Tabela 1 - Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - DPU - MPU - Empresas Estatais dependentes da União

Tabela 2 - Membros dos Poderes Legislativo e Judiciário - DPU - MPU

Tabela 3 - Militares
Anexo II - Remuneração/Subsídio de Cargo Efetivo/Posição/Graduação

Tabela 1 - Poderes Legislativo e Judiciário - DPU - MPU - Empresas Estatais dependentes da União

Tabela 2 - Membros dos Poderes Legislativo e Judiciário - DPU - MPU

Tabela 3 - Militares
Anexo III - Quantitativo de Cargos em Comissão e Função de Confiança

Tabela 1 - Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - MPU - DPU - Empresas Estatais dependentes da União

Anexo IV - Remuneração de Cargos em Comissão e Função de Confiança

Tabela 1 - Poderes Legislativo e Judiciário - MPU - DPU - Empresas Estatais dependentes da União

Anexo V - Quantitativo Físico de Pessoal Contratado Temporariamente

Tabela 1 - Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - MPU - DPU - Empresas Estatais dependentes da União

Anexo VI - Quantitativo de Beneficiários e Dependentes e Valores Per Capita de Benefícios Assistenciais

Tabela 1 - Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - MPU - DPU - Empresas Estatais dependentes da União

Tabela 2 - Militares

§ 1º No âmbito do Poder Executivo Federal, especificamente para as tabelas relativas às estruturas remuneratórias dos servidores Públicos Federais Civis e dos ex-Territórios, adotar-se-á o modelo previsto no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, disponível no link: <http://www.servidor.gov.br/index.asp?index=82&ler=s1026>.

§ 2º As tabelas de que trata o caput poderão ser adaptadas às especificidades do órgão, desde que observados os requisitos mínimos previstos nos arts. 89 e 103 da Lei nº 13.080, de 2015.

§ 3º Os modelos das tabelas de que trata o caput, serão disponibilizados, em formato aberto, no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º Caberá aos órgãos e entidades referidos nos arts. 89 e 103 da Lei nº 13.080, de 2015, disponibilizar e manter atualizadas as tabelas de que trata o art. 1º, inclusive em formato de dados abertos, nos sítios na internet, no Portal Transparência ou similar, preferencialmente, no link destinado à divulgação de informações sobre recursos humanos.

§ 1º A disponibilização das tabelas ocorrerá no prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta Portaria.

§ 2º As atualizações dos quantitativos físicos ocorrerão nos meses de abril, agosto e dezembro de cada exercício e serão divulgadas até o décimo-quinto dia subsequente ao mês de referência.

§ 3º As tabelas com dados remuneratórios serão atualizadas, no prazo de 30 (trinta) dias, sempre que houver alteração remuneratória ou reestruturação dos cargos, empregos e funções públicas.

§ 4º Serão mantidos históricos das tabelas contendo as informações relativas ao mês de dezembro de cada exercício, nos sítios na internet.

Art. 3º A responsabilidade pelo cumprimento do disposto no art. 2º desta Portaria será do:

I - Poder Legislativo: da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;

II - Poder Judiciário: de cada órgão, nos termos da alínea "a", inciso III, § 2º, do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

III - Ministério Público da União: do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e da Escola Superior do Ministério Público da União;



ANEXO II - REMUNERAÇÃO/SUBSÍDIO DE CARGO EFETIVO/POSTO/GRADUAÇÃO
TABELA 3 - MILITARES

PODER/ÓRGÃO/UNIDADE:
VIGÊNCIA: XXX/XXXX

R\$ 1.00

GRUPO	POSTO/GRADUAÇÃO DESCRIÇÃO	SOLDO	ADIC. MILITAR	ADIC. HABIL.	ADIC. TEMPO SERVIÇO	ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA							REMUNERAÇÃO MÉDIA			TOTAL				
						VOO	SALTO PAR.	IMER-SÃO	MER	CONTR. TRÁF. AÉREO	RAIO-X	ADIC. PERMAN.	GRATIFICAÇÃO LOCALIDADE ESPECIAL		GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO					
													CA-TEG. A	CA-TEG. B			OFI-CIAL GENERAL	DE-MAIS		
ALM./MARECHAL DO AR	Almirante/Marechal/Marechal do Ar																			
OFICIAIS GENE-RAIS	Almte de Esquadra, Gen de Exército e Tenente-Brig Ar																			
	Vice-Almte. Gen de Divisão e Major-Brig																			
	Contra-Almte. Gen de Brigada e Brigadeiro																			
OFICIAIS SUPE-RIORES	Capitão de Mar e Guerra e Coronel																			
	Capitão de Fragata e Tenente-Coronel																			
OFICIAIS INTERM.	Capitão de Corveta e Major																			
	Capitão-Tenente e Capitão																			
OFICIAIS SUBAL-TERNOS	Primeiro-Tenente																			
	Segundo-Tenente																			
PRAÇAS ESPE-CIAIS	Guarda Marinha e Aspirante a Oficial																			
	Aspirante, Cadete e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)																			
	Aspirante e Cadete (demais anos), Aluno do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva																			
	Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos																			
	Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete																			
	Aprendiz-Marinheiro																			
	Suboficial e Subtenente																			
PRAÇAS GRA-DUADAS	Primeiro-Sargento																			
	Segundo-Sargento																			
	Terceiro-Sargento																			
	Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor																			
	Cabo (não engajado)																			
DEMAIS PRAÇAS	Taifeiro de 1ª Classe																			
	Taifeiro de 2ª Classe																			
	Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializado, cursado e engajado), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Paraquedista (engajado)																			
	Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não-especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)																			
	Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe																			

Fonte:
Xxxx.
OBSER-VAÇÕES:

- a) Descrever a legislação de referência da remuneração vigente.
- b) Definições das parcelas que compõem a remuneração:
Soldo - parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerente ao posto ou à graduação do militar, e é irredutível.
Adicional Militar - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente a cada círculo hierárquico da carreira militar. Varia de 13% a 28% sobre o soldo do posto/graduação.
Adicional de Habilitação - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação. Varia de 12% a 30% sobre o soldo do posto/graduação, conforme os cursos realizados.
Adicional de Tempo de Serviço - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente ao tempo de serviço, conforme regulamentação. 1% sobre o soldo do posto/graduação, por ano de serviço.
Adicional de Compensação Orgânica - parcela remuneratória mensal devida ao militar para compensação de desgaste orgânico resultante do desempenho continuado de atividades especiais, conforme regulamentação. Varia de 10 a 20% sobre o soldo do posto/graduação, conforme cada situação.
Adicional de Permanência - parcela remuneratória mensal devida ao militar que permanecer em serviço após haver completado o tempo mínimo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, conforme regulamentação. Corresponde a 5% sobre o soldo. Pode ser acrescido em mais 5% a cada promoção, cumprido o requisito do tempo para a inatividade.
Gratificação de Localidade Especial - parcela remuneratória mensal devida ao militar, quando servindo em regiões inóspitas, conforme regulamentação. Varia de 10 a 20% sobre o soldo do posto/graduação, conforme cada situação.
Gratificação de Representação (2% a 10% do soldo do posto/graduação):
a) parcela remuneratória mensal devida aos Oficiais Gerais e aos demais oficiais em cargo de comando, direção e chefia de organização militar, conforme regulamentação; e
b) parcela remuneratória eventual devida ao militar pela participação em viagem de representação, instrução, emprego operacional ou por estar às ordens de autoridade estrangeira no País, conforme regulamentação.

